COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 67 AGOSTO 1991

Notícias da repressão, notícias da resistência

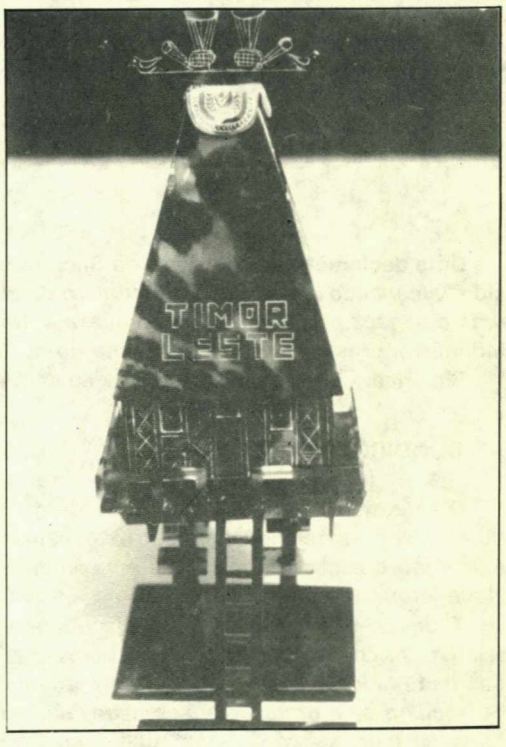
Coincidindo com o início dos trabalhos de importantes órgãos das Nações Unidas - a Sub-comissão de Direitos Humanos e o Comité de Descolonização - realizou-se em Lisboa, em 5 de Agosto, uma Conferência de Imprensa, promovida pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere **(CDPM) e por** A Paz é Possível em Timor-Leste **(PPTL). O objectivo da iniciativa, bastante difundida pelos órgãos de comunicação social (incluindo os dois canais de televisão), era divulgar um conjunto de informações (alguma muito recente) compilada e trabalhada por aquelas organizações de solidariedade.**

PRESOS E EXECUTADOS EM 1990: MAIS DE 400 TIMORENSES

Um exemplo desse trabalho é a brochura **«East Timor, Repression and Resistence»**, publicada por PPTL: ao longo das suas 36 páginas são listados um número apreciável de casos de violação de direitos humanos ocorridos em Timor-Leste ao longo de 1990.

Resultado dum persistente esforço de recolha e tratamento de informação, são apresentadas mais de quatro centenas de situações documentadas de prisão sem culpa formada, tortura, desaparecimento e execução extra-judicial de timorenses, vítimas dos abusos indonésios. Mês a mês são-nos indicados não só os nomes dos atingidos, mas também muitos vezes as idades, profissões, localidade e circunstâncias da ocorrência. A brochura, que ilustra frequentemente os casos com fotografias das vítimas, é um instrumento de apoio à causa timorense em questões de direitos humanos, estando a ser promovida a sua distribuição junto de peritos e diplomatas.

Sabendo-se que apenas uma parte destas violações chegam ao conhecimento da opinião pública, as descritas podem comparar-se à ponta visível do icebergue: nas águas escuras da repressão estão muitos mais à espera da corrente do fundo que os traga à luz do dia.



MORREU MALENI OKAR, "O QUE FEZ A CASA"

Na ocasião foi também divulgada uma lista de "tombados", "capturados" e "rendidos" referente ao período de Janeiro/89 a Maio/90.

A maioria das ocorrências é de 1990, embora várias sejam já de 1991. Esta lista, elaborada pela chefia da guerrilha da Sub-comissão Leste (Talismã) em Junho deste ano, foi enviada à CDPM pelo próprio Comandante Xanana Gusmão.

De forma extremamente sistematizada, é-nos apresentado o nome (cristão e gentílico), sexo, idade, naturalidade (suco e povoação), local de ocorrência (concelho ou posto administrativo), cargo, data e causa/agente relativos a 93 casos de Resistentes mortos, capturados ou rendidos nas áreas de actuação daquela Sub-comissão.

O documento fornece elementos valiosos para uma caracterização da guerrilha, como sejam:

- dizem respeito apenas ao extremo oriental de Timor-Leste (localidades mais importantes: Lospalos, Iliomar, Tutuala); não inclui as zonas de Baucau e Viqueque onde, como se sabe, quer a Resistência armada quer o exército indonésio mantêm um nível elevado de actividade. A área em questão representa cerca de 20% do território;
- reportam um total de 93 casos: 55 mortes, 15 capturas e 23 rendições. O reduzido número de capturas relativamente ao total de mortos (1 para 4) sugere o carácter brutal da repressão: na perspectiva indonésia o bom guerrilheiro é o guerrilheiro morto;

NESTE NÚMERO:

- Repressão e resistência
- Para quando a visita?
- Uma 'inédita consulta popular'?

- o impacto da situação de guerra junto da população civil continua a ser significativo: mais de metade dos casos dizem respeito a populares. Para além dos guerrilheiros "da base", as consequências dos combates afectam naturalmente os vários níveis de chefia. São referenciados 1 comandante de companhia, 1 segundo comandante de companhia, 2 comandantes de pelotão e 2 comandantes de secção. A presença de elementos designados como "comissário político", "membro CDR", "activista", revela a importância da componente política na luta armada e a articulação Resistência armada/Resistência urbana;

- a estrutura de idades sugere que os nacionalistas estão presentes em todos os estratos etários da população: são listadas pessoas dos 15 aos 70 anos, distribuindo-se por todos os escalões de idade. O facto de ser baixa a média de idades (32 anos) e do maior número de pessoas se situar na casa dos 20-30 anos, aponta para facilidades no recrutamento de novos militantes;

- o elemento feminino tem um peso notável: cerca de 30% do total de casos. Embora as mulheres desempenhem, essencialmente, um papel de apoio, são conhecidas várias situações de mulheres guerrilheiras. A menção de "crianças" indica que mesmo no mato se mantêm os padrões familiares tradicionais;

- a grande maioria das mortes e capturas são atribuíveis às tropas regulares indonésias (com grande destaque para o Batalhão 412). Todavia, quase um terço são da responsabilidade de forças nativas, reflexo do esforço indonésio de "timorização" da guerra: os "Tim Alfa", "Tim Sera", "Railakan", são unidades especiais anti-guerrilha constituídas por timorenses;

- confirmando informações de outras fontes, verifica-se que é no decurso da estação seca que a maior quantidade de baixas ocorre; tal facto tem relação directa com a intensificação da actividade das tropas, a qual não acontece na época das chuvas: quase 60% dos guerrilheiros tombaram nos 4 meses que vão de Maio a Agosto;

- significativamente as rendições são quase todas de populares (principalmente mulheres). Apenas são indicados 6 casos de deserção num total de 23 rendições, o que aponta para uma boa moral da guerrilha. Situações de doença e complicações familiares ou com crianças são as causas fundamentais para o abandono da luta.

Também neste caso a listagem das últimas corresponde a uma ínfima fracção da totalidade dos atingidos e se apenas nos dá uma ideia aproximada da violência que se abate sobre o povo maubere, permite-nos em contrapartida saber que a Resistência continua bem firme e de boa saúde.

Particularmente tocante para nós foi saber pela própria mão do Comandante Xanana Gusmão que no rol dos caídos consta o nome de Cristovão Pereira (Maleni Okar), guerrilheiro de 34 anos, morto pelo Batalhão 745 em 6 de Maio de 1990 na zona de Lospalos. Deste combatente tinha-nos chegado, há 3 anos, um sentido abraço na forma duma casinha típica de Lautém, por si construída em casca de tartaruga e então oferecida à CDPM.

Não te esqueceremos, Maleni. □

Para quando a visita?

Uma declaração do porta-voz do Secretário Geral da ONU, emitida em Nova Iorque em 28 de Junho, dava conta que tinha sido "*alcançado um acordo num número de questões pendentes*" relativas aos "*termos de referência da proposta de visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste*". O referido acordo foi posteriormente ratificado por Portugal e pela Indonésia, prosseguindo neste momento os "*arranjos práticos*" para a realização da visita.

Significará isto que a sua realização está eminente? Parece que não ...

AS CONDIÇÕES ACORDADAS

O secretismo em que o processo de contactos entre os dois países se tem desenrolado não permite afirmar com exactidão quais as condições efectivamente acordadas em Nova Iorque.

Todavia, sabe-se que foram discutidos vários aspectos relativos às condições de referência, bem como às modalidades da visita. Ficou assente que o objectivo da missão é o de "*recolha de informação em primeira mão*" e que ela não tem "*fins de investigação*" («fact finding»). Do ponto de vista formal não se trata da deslocação de uma delegação "parlamentar" mas sim "de parlamentares", o que de certa forma reduz o vínculo da AR, enquanto órgão de soberania, aos resultados da missão. A posição de Portugal, enquanto potência administrante, parece salvaguardada pela não exigência de vistos de entrada por parte da Indonésia.

A permanência da delegação no território de Timor-Leste será por um período de 10 a 12 dias, estando previstas deslocações a praticamente todas as partes do território, com base num itinerário pré-fixado mas passível de alterações pontuais.

Haverá liberdade plena de movimentos e contactos, a partir duma lista prévia de entidades a abordar. A composição da delegação prevê o acompanhamento dos 13 parlamentares portugueses por uma equipa técnica de apoio e por jornalistas nacionais e estrangeiros (convidados pelos dois países) para além, evidentemente, do grupo de funcionários das Nações Unidas, em cujo âmbito a visita decorre.

QUESTÕES EM ABERTO

O longo período de maturação e as cedências efectuadas por ambas as partes permitiu atingir uma base mínima de consenso. Existem, no entanto, uma série de questões por resolver ou alvo de formulação pouco clara:

a) apoio logístico: parece ter sido deixado ao encargo da Indonésia a responsabilidade pela concretização das condições materiais da realização da visita (alojamento, transporte, etc.); o assunto todavia é delicado: imagine-se os deputados a terem que se deslocar em «jeeps» com as cores do Exército indonésio ("por falta de viaturas"...) ou a terem de dormir em aquartelamentos militares ("por inexistência de hotel"...);

b) condições de segurança: foi um dos aspectos mais melindrosos das negociações a partir do momento em que Portugal tentou introduzir (por pressão dos deputados socialistas) a exigência de garantia de condições de segurança no território antes, durante e após a visita, incluindo a cessação de hostilidades militares e a salvaguarda da integridade física dos deponentes contactados; a recusa da Indonésia faz com que permaneça em aberto este tema crucial;

c) encontro com a direcção da Resistência: reconhecido por todos (timorenses, Governo português, S.G. da ONU), como uma - senão a principal - das razões da visita, ainda não é claro se a Indonésia aceita a sua concretização e em que moldes; terá evidentemente que se realizar e de modo formal, protocolar e sem ser "às escondidas";

d) «practicalities»: obtido o acordo nas questões de prin-

cípio, resta uma imensidade de pequenos pormenores de grande importância protocolar, política e logística, que terão de ser acertados em reuniões preparatórias, que tiveram já o seu início em Nova Iorque: a AR faz-se representar pelo assessor diplomático do seu presidente, a quem se desconhece qualquer conhecimento na matéria. Por esclarecer, também, a agenda de trabalhos e as posições de Portugal nos diferentes pontos;

e) missão preparatória: a deslocação dos lusodeputados será precedida de uma outra, de carácter técnico, que deverá verificar «in loco» "*a viabilidade da visita dos parlamentares portugueses em segurança e com absoluta liberdade de acção e circulação no território de Timor-Leste*" (fonte do MNE português ao jornal **Público** de 24/8/91);

f) delegação parlamentar: é pacificamente aceite por todos a grande complexidade da situação social, política, económica e militar que se vive em Timor-Leste, tal como as tentativas de mistificação e encenação realizadas pela Indonésia em anteriores visitas. Todavia, parte dos parlamentares membros da C.E. parecem considerar suficientes os conhecimentos fragmentários e em grande parte desactualizados que possuem. Até ao momento a C.E. não pôs de pé qualquer iniciativa que preparasse seriamente os seus membros para a eventualidade da visita.

O QUE DIZEM OS TIMORENSES?

As reacções à possibilidade da realização próxima da visita foram diversas. Do lado dos timorenses a notícia foi recebida com satisfação mas também com prudência; contactados directamente em Timor-Leste e na Indonésia pelo jornal **Público** (25/6/91), jovens estudantes reafirmaram a expectativa com que os timorenses aguardam a visita ("*aparentemente o povo de Timor está com entusiasmo para receber a delegação num ambiente de festa e de alegria em todo o território*"). Todavia existem reservas fundadas com base no comportamento recente da Indonésia: segundo o responsável da Fretilin no exterior, Abílio Araújo, em declarações ao mesmo **Público**, de 29 de Junho, "*a Indonésia começou a organizar as milícias de naturais para se manifestarem e fomos informados de que as autoridades indonésias começaram a recrutar timorenses do lado ocidental da ilha para irem a Timor participar em concentrações hostis à delegação portuguesa*".

Pouco satisfeito com a deslocação, parece estar o bispo D. Ximenes Belo, que receia a ocorrência de confrontos - "*uns são a favor, outros são contra, podem ter a certeza que haverá manifestações*" (**Público**, 29/6/91) - que poderão, na sua opinião, degenerar em "*banho de sangue*". Pouco contente está também o Governador indonésio, Mário Carrascalão, que já por várias vezes se pronunciou contra a oportunidade da visita; em declarações reproduzidas no **Northern Territory News** de 12 de Junho, embora admita implicitamente a realização da mesma, considera inaceitável («unreasonable») que os deputados se encontrem com os líderes da Resistência (a sua posição anterior era que tal encontro era teoricamente possível, mas que infelizmente ninguém sabia onde eles - guerrilheiros - se encontravam ...).

INFORMAÇÕES CONTRADITÓRIAS

Face ao estádio atrasado em que se encontra a discussão dos aspectos ditos práticos da visita e à impossibilidade de esta ocorrer após meados de Setembro (início da campanha eleitoral em Portugal), é pouco provável que ela venha a realizar-se este ano.

Têm sido, no entanto, proferidas - pelo próprio Perez de Cuellar - afirmações que contradizem esta visão. À sua chegada ao aeroporto de Faro para umas férias no Algarve, o S.G. das Nações Unidas, embora não podendo "*precisar datas*", declarou esperar "*que a visita aconteça depois de 15 de Setembro e antes do período das chuvas naquele território*" (**Diário de Notícias**, 17/8/91). No mesmo sentido foi a intervenção do perito norte-americano na Sub-Comissão dos Direitos Humanos em Genebra, o sr. Treat, grande simpatizante das posições indonésias, que se congratulou pela realização da visita em Outubro próximo. Por sua vez Ali Alatas, o MNE indonésio, citado pela **France Press**, anunciava em Jacarta a "*deslocação de uma delegação portuguesa a Timor na última semana de Setembro ou primeira semana de Outubro' visando preparar a visita oficial da delegação de parlamentares portugueses a Timor-Leste*" (**Público**, 24/8/91).

Quanto aos lusodeputados, continuam a afirmar que nada sabem. E, se calhar, é verdade ...

E DEPOIS DA VISITA?

Não sendo a visita um fim em si mesmo, ninguém parece saber o que se segue, que iniciativas tomar, que caminho desbravar.

São por isso extremamente preocupantes alguns indícios de que a velha teoria do referendo em simultâneo com as eleições indonésias do próximo ano, esteja de novo a ser agitada por diversos sectores. Segundo os seus apoiantes esta tese tem alguma base formal de sustentação visto que se trataria apenas de concretizar de forma habilidosa ("enganando" a Indonésia, sugerem...) o apelo de D. Ximenes Belo para a realização do acto de autodeterminação por via referendária.

Acontece que existem regras claras estabelecidas pela ONU para que um acto desse tipo possa ser considerado válido e não uma fraude. Esses princípios têm a ver, entre outros aspectos, com o recenseamento do universo votante, a ausência de situação de confronto armado e da presença de forças militares e militarizadas, a liberdade de expressão, de fazer campanha eleitoral livre, a supervisão internacional, a garantia formal pelas várias partes de cumprimento integral das decisões do referendo, quaisquer que sejam.

Tudo condições que de forma evidente não se verificam hoje em Timor-Leste, nem é previsível que venham a verificar-se no futuro próximo.

Referendo sim, mas dentro das especificações estabelecidas, com supervisão da comunidade internacional, em condições de liberdade plena, precedido de cessar-fogo e conversações entre todas as partes interessadas, principalmente os timorenses. □

Pedidos à CDPM

Uma "inédita consulta popular"?

A tentativa de utilização das próximas eleições gerais indonésias, marcadas para Maio de 1992, para o encontrar de uma "solução internacionalmente aceitável" para a questão de Timor-Leste, entrou definitivamente na ordem do dia.

Mas, por muito que pese a muita gente, do ponto de vista do direito internacional é inaceitável.

Ao som da «valsa da visita», Portugal, Indonésia e Secretariado das Nações Unidas parecem estar a caminho de uma plataforma de entendimento sobre o problema de Timor-Leste que "salve" todas as faces.

Há muito que estas partes se vinham tacteando, como o confirmou o ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros. Num comunicado de imprensa da Missão Permanente da Indonésia junto das Nações Unidas, distribuído nomeadamente aos participantes na Comissão de Descolonização que intervieram sobre Timor-Leste, transcreve-se uma entrevista concedida em 27 de Julho último por Ali Alatas "*a um jornalista português*". Sob esta capa não é difícil reconhecer Nuno Ferreira, da Rádio Press.

"*Pergunta: Sr. Ali Alatas, há dois anos as relações entre os dois países* [Indonésia e Portugal] *eram muito más. Na sua opinião, os dois países encontram-se agora mais perto de modo a encontrar uma boa solução para este problema?*

Resposta: Bom, nós esperámos desde o início do diálogo encetado nas Nações Unidas que as relações fossem melhorando gradualmente. Mas há alguns anos atrás, quando os nossos primeiros esforços para encontrar uma solução falharam em 1987 porque o governo português não pôde concordar com um plano que foi apresentado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, então, claro, tivemos um período de dois ou três anos de relações bastante más. E agora eu espero que com os esforços para preparar uma missão do parlamento português a Timor-Leste, esperamos que isso possa contribuir para melhorar as relações.

Pergunta: Qual é o objectivo principal da visita?

Resposta: Bom, quando o plano original do Secretário-Geral das Nações Unidas no sentido de haver uma missão da ONU que visitasse a Indonésia e que visitasse Timor-Leste em 1987 não se materializou, o lado português apareceu com a ideia da visita do parlamento português à Indonésia. (...)".

O «plano original» era o de se considerar a participação timorense nas eleições gerais indonésias de 1987 como uma evidência da aceitação da integração na Indonésia. A ideia foi chumbada pelo Conselho de Estado, reunido por Mário Soares expressamente para discutir o assunto.

Agora tentam ressuscitá-lo. Em Março passado, no seguimento da audiência concedida por Perez de Cuellar aos «Parlamentares por Timor-Leste», o Subsecretário Geral da ONU R. Ahmed lembrou que há várias formas de autodeterminação e que a participação da população timorense nas próximas eleições gerais indonésias poderia ser considerada como tal.

Pela pena de Mário Robalo, enviado do **Expresso** a Dili em Agosto, "*Carrascalão refere que a solução para a resolução internacional do território poderá passar por uma inédita consulta popular. Sublinhando apenas falar 'em nome pessoal', Mário Carrascalão afirmou que não estando a Indonésia 'disposta a aceitar um referendo', a questão poderá ser resolvida nas próximas eleições gerais indonésias, que ocorrerão em Maio do próximo ano, durante as quais seria dada a possibilidade aos timorenses de demonstrar se pretendem ou não permanecer ligados a Jacarta. Assim, Mário Carrascalão propõe que às populações fosse dada a liberdade de se expressarem do seguinte modo: os cidadãos que votassem 'demonstravam que concordavam livremente com a actual situação' e os que se abstivessem do voto serviriam de indicador para se saber quem não deseja a presença indonésia em Timor-Leste. (...) Mário Carrascalão adianta, porém, que esta 'fórmula eleitoral' para Timor-Leste deveria ser 'controlada' por observadores da ONU*".

A Indonésia e o senhor Ahmed estão de acordo.

Parlamentares portugueses, a ajuizar ainda pelo **Expresso** (3/8/91), "*poderiam estar dispostos a aceitar a data das eleições na Indonésia para fazer um referendo específico em Timor, 'mas nunca através do método pretendido por Mário Carrascalão'. Para os deputados é fundamental que a consulta seja específica, com um boletim próprio e - mais do que isso - seja permitido que a ONU e representantes portugueses fiscalizem o acto eleitoral. Por outro lado, de acordo com a mesma fonte* [nunca identificada] *'a Indonésia deverá permitir que a Fretilin e outros grupos políticos sejam livres de expressar os seus pontos de vista antes de um eventual referendo'*".

Quem acredita que sob o regime indonésio, que teve o cuidado de submeter à ideologia oficial do Estado - o Pancasila - os três únicos partidos permitidos, cujo parlamento tem uma percentagem significativa (20%) de membros (militares) nomeados pela hierarquia das Forças Armadas, cujas eleições nunca constituíram actos de livre escolha dos cidadãos, quem acredita que é possível um boletim de voto específico, campanha eleitoral, partidos timorenses e liberdade para votar? Quem esquece o genocídio de 17 anos consecutivos, a repressão permanente, a presença, sob todas as formas, das várias forças militares, para-militares, policiais, de segurança? Quem ignora a deslocação de populações, os programas de transmigração, a emigração selvagem de colonos indonésios? E sobretudo, alguém já perguntou aos timorenses o que eles pensam sobre este modo de resolver o problema da ocupação indonésia?

Acontece que, talvez não por acaso, as Nações Unidas têm regras claras para a realização de actos de autodeterminação. Estão publicados vários estudos sobre a teoria e a prática de tais acontecimentos, sejam referendos, sejam eleições. Não se pode elevar à categoria de "internacionalmente aceitável" o que é, de facto, internacionalmente ilegal.

Perante o silêncio oficial sobre quando se deslocará a Timor-Leste a missão parlamentar portuguesa, será demasiado ousado pensar que tudo está a ser preparado para que se realize durante o mês de Maio de 1992? □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2ºE, 1000 Lisboa, Tel: 3528718/19/20, Fax: 534009
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317